

# CRMV | PR

CONSELHO  
REGIONAL DE  
**MEDICINA  
VETERINÁRIA**

**Impresso  
Especial**

9912289200/2012 DR/PR  
CONSELHO REGIONAL DE  
MEDICINA VETERINÁRIA DO  
ESTADO DO PARANÁ  
CORREIOS

FECHAMENTO AUTORIZADO  
PODE SER ABERTO PELA ECT

N 47 | Novembro de 2019

CRMV-PR

# 50 ANOS A SERVIÇO DA SOCIEDADE

MEDICINA VETERINÁRIA

**Memória da Medicina  
Veterinária Paranaense**

ZOOTECNIA

**Resgatando a história da  
Zootecnia no Estado do  
Paraná**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Uma nova era se inicia no  
CRMV-PR**





Capa Revista N° 47  
Novembro de 2019

## EXPEDIENTE

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente **Rodrigo Távora Mira**  
Vice-presidente **Nilva Maria Freres Mascarenhas**  
Secretário-geral **Leonardo Nápoli**  
Tesoureiro **Carlos Frederico Grubhofer**

### Conselheiros efetivos

Álvaro Bueno Filho  
Antônio Ademar Garcia  
Edmilson Santos de Freitas  
Eros Luiz de Sousa  
Raimundo Alberto Tostes  
Ricardo Pereira Ribeiro

### Conselheiros suplentes

Ana Lucia Menon de Lima  
Carlos Roberto Pianho  
Danilo de Cuffa  
Eduardo Hiroyuki Hamada  
Sérgio Toshihiko Eko  
Sílvia Cristina Osaki

### EDITORIAL

**Jornalista Responsável**  
Thainá Laureano Mizerkowski - MTB-PR n° 10402  
[jornalismo@crm-v-pr.org.br](mailto:jornalismo@crm-v-pr.org.br)

**Estagiária**  
Gabrielle Da Cruz Cordovi

**Tiragem**  
17.000 mil exemplares

**Impressão**  
Pessoa Gráfica e Editora

**Projeto Gráfico**  
Agência Cúpola

**Arte e Diagramação**  
Diogo Wosch

**Publicação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná**  
Rua Fernandes de Barros, 685 - Alto da Rua XV  
CEP: 80045-390 - Curitiba - Paraná  
Fone/Fax: (41) 3263-2511  
[www.crmv-pr.org.br](http://www.crmv-pr.org.br)

As matérias e artigos assinados não representam necessariamente a opinião da Diretoria do CRMV-PR.

03 | EDITORIAL  
**Palavra do Presidente**

04 | ENSINO  
**O Ensino a Distância na área da saúde coloca a sociedade em risco**

06 | MEDICINA VETERINÁRIA MILITAR  
**Regimento de Polícia Montada "Coronel Dulcídio" completa 140 anos em atividade**

10 | ZOOTECNIA  
**Resgatando a história da Zootecnia no Estado do Paraná**

15 | MEDICINA VETERINÁRIA  
**Memória da Medicina Veterinária Paranaense**

21 | CRMV-PR  
**50 anos a serviço da sociedade**

24 | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
**Uma nova era se inicia no CRMV-PR**

27 | ENTREVISTA  
**Saúde Única: a medicina veterinária aplicada na toxicologia ambiental**

31 | EX-PRESIDENTES  
**Galeria de ex-presidentes**

# Palavra do Presidente

Este vem sendo um ano de celebração e muito trabalho. Comemoramos com orgulho o Cinquentenário da Lei 5517, que regulamenta o exercício da Medicina Veterinária e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, em Sessão Solene na Assembleia Legislativa do Paraná, ao lado de colegas e profissionais que engrandeceram a festividade. Nestes 50 anos, o CRMV-PR tem realizado a importante missão de fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício das profissões e, desta forma, garantir um serviço de qualidade à sociedade.

Mas a trajetória é longa. O mundo está caminhando para entrar definitivamente na era Revolução Industrial 4.0 e nós temos trabalhado desde 2017 para fazer um Conselho digital para um Brasil digital. Acreditamos que com modernização, transparência e, primordialmente, a execução de nossas atividades finalísticas, contribuimos diariamente para a formação e valorização de profissionais que estejam em sintonia com o futuro e a realidade dos cidadãos. A atuação desta gestão tem como base fomentar esse conceito moderno. Para tanto, investimos nossos recursos humanos, financeiros e administrativos na aplicação dos princípios modernos da administração pública, implementamos processos eficientes para alcançar efetividade e celeridade, e voltamos o trabalho das equipes para a autoanálise de suas atividades. O reflexo dessa reestruturação se vê na economia e racionalidade da estrutura, dos bens de consumo e demais itens necessários para a atuação do CRMV-PR.

Temos, atualmente, uma distribuição equivalente de atendimentos e processos transitados entre todas as unidades de atendimento do Conselho. Quanto à modernização da infraestrutura, estamos em processo de finalização do projeto de padronização dos espaços físicos, considerando itens vitais como acessibilidade, ergonomia, identidade visual e funcionalidade. Até dezembro, todas nas nossas unidades contarão com um sistema de videoconferência que possibilitará a racionalização dos custos com reuniões e oitivas. Publicamos norma de transferência voluntária de recursos com vistas à criação de critérios objetivos para a concessão de auxílio financeiro. Reforçamos nossos princípios e valores na elaboração e publicação do Código de Conduta Ética interno, preconizando a atuação ética e transparente de nossos colaboradores. Implementamos um projeto de revisão do modelo de fiscalização com foco na atuação estratégica e inteligente, que traz o aprimoramento da classificação das áreas e atividades de risco, e o planejamento voltado à ampliação da meta de fiscalizações regulares sempre prezando pela qualidade. Além disso, adotamos nova metodologia de viagens para os fiscais e estabelecemos um novo mapa regional para melhor distribuição de trabalho e regionalização das atividades.

Para 2020, a palavra que nos guia é inovação: estamos investindo em Tecnologia da Informação (TI) para desenvolver o projeto de Sistema Integrado de Gestão. Teremos softwares de fiscalização; gestão de avaliação de desempenho dos colaboradores; elei-

ção online; transparência; relatório de gestão; controle de frota; controle de diárias; e protesto. Com o petição externo, a necessidade de comparecer presencialmente ao CRMV-PR será reduzida.

Temos a missão, ainda, de enfrentar o desafio da abertura indiscriminada de cursos de medicina veterinária, além daqueles oferecidos na modalidade a distância. Essa proliferação coloca em risco a saúde e consequentemente o bem-estar da sociedade e reforça ainda mais a importância do Conselho em suas atividades-fim. Através das fiscalizações regulares e eficientes, elevamos o prestígio da profissão com a valorização dos bons profissionais; e na atuação como tribunal de honra, em julgamentos de processos ético-profissionais, garantimos aos cidadãos a segurança dos serviços prestados por médicos veterinários e zootecnistas. São grandes desafios, mas estamos confiantes de estarmos no caminho certo.

Boa leitura!



▲ Rodrigo Távora Mira, presidente do CRMV-PR

# O Ensino a Distância na área da saúde coloca a sociedade em risco

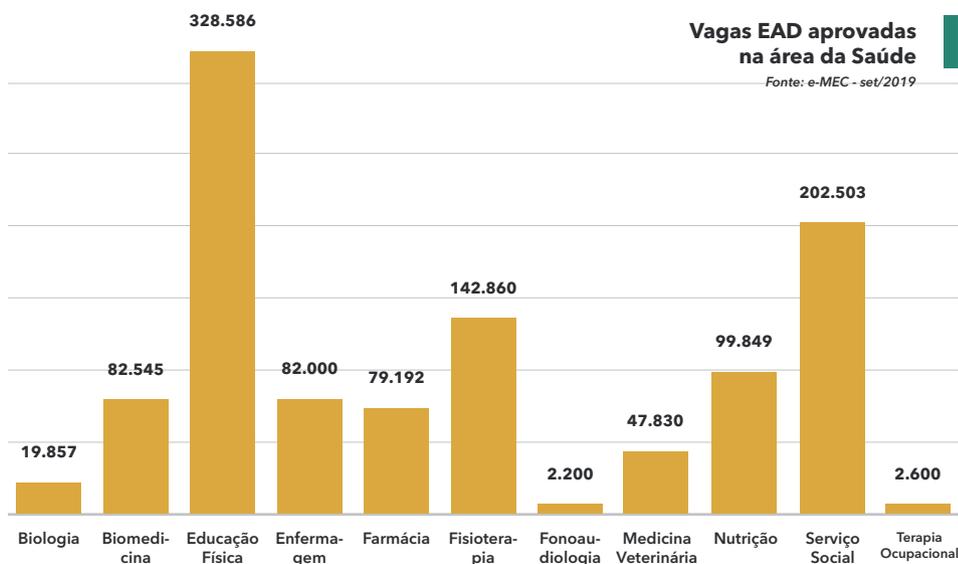
O Brasil está passando por um período de transformação no ensino superior, em especial no que diz respeito aos cursos de graduação no Ensino a Distância (EaD). O número de vagas aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) na modalidade disparou em 2019 e tem gerado grande preocupação aos profissionais da área da saúde, que veem a situação como um risco para a sociedade em geral. Afinal, as aulas práticas na Instituição de Ensino aperfeiçoam e refinam as atividades que serão realizadas em seres humanos e animais quando os acadêmicos receberem seus diplomas.

A legislação educacional vigente define, atualmente, duas modalidades de graduação: presencial e EaD. A primeira engloba os cursos em que as disciplinas presenciais devem integrar, no mínimo, 80% da carga horária total no curso; já a modalidade EaD caracteriza os cursos em que são permitidas no máximo 30% de horas presenciais, ou seja, no mínimo 70% da carga horária é realizada a distância.

Considerando que os cursos da área da saúde contemplam em média 60% da carga horária total em atividades práticas, um profissional que cursou sua graduação na modalidade EaD terá, no mínimo, metade da experiência prática de um profissional graduado na modalidade presencial.

## Panorama atual

Em levantamento realizado no banco de dados do Ministério da Educação (e-MEC), foi constatado que em maio



deste ano estavam autorizadas mais de um milhão de vagas na modalidade EaD para cursos de graduação na área da saúde, representando um aumento de 294% no período de dois anos.

Na medicina veterinária a situação é alarmante: são 47.830 vagas aprovadas em apenas 12 instituições. Atualmente, do total de vagas oferecidas, 53% são na modalidade presencial e 47% em EaD.

## O risco para a sociedade

As profissões da área da saúde demandam atividades práticas e conhecimento técnico aprofundado, uma vez que o exercício profissional impacta diretamente na saúde pública. No caso da medicina veterinária, que está inserida no contexto da Saúde Única, a responsabilidade é ainda maior, já que envolve a saúde dos animais, a saúde humana e o meio ambiente.

A grade curricular do curso envolve inúmeras disciplinas práticas e de campo, como patologia, cirurgia, clínica, análise laboratorial, manejo técnico, anatomia, fisiologia, entre outras.

Para Eros Luiz de Sousa, presidente da Comissão Estadual de Educação da Medicina Veterinária do CRMV-PR, o ensino a distância não pode ser aplicado à medicina veterinária. "Não se trata de uma questão filosófica de acessibilidade ao ensino superior,

**trata-se de segurança nacional, da segurança na saúde pública, na saúde animal, enfim, na saúde única. O foco é na defesa da sociedade",**

garante.



▲ Rodrigo Távora Mira, presidente do CRMV-PR, em audiência pública sobre ensino a distância



▲ Rodrigo Távora Mira e o Procurador de Justiça, Ivonei Sfoggia

## Combate ao EaD

Buscando agir no combate ao EaD, o Sistema CFMV/CRMVs adotou algumas medidas preventivas. A primeira delas foi a publicação da Resolução nº 1256/19 no dia 25 de fevereiro, proibindo a inscrição e registro de egressos de cursos de medicina veterinária ofertados na modalidade de Ensino a Distância; sem a inscrição no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), não é possível exercer a profissão de médico veterinário em nenhum estado do país. A normativa definiu ainda que os profissionais que ministrarem disciplinas ou estiverem envolvidos na gestão dos cursos ficam sujeitos à responsabilização ético-disciplinar.

Logo após a publicação, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abames) entrou com um pedido liminar para suspender a resolução, o qual foi indeferido em maio pela 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal. Houve ainda nova tentativa, desta vez do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp), também indeferido.

Além disso, o CFMV solicitou ao MEC participar do processo de criação dos cursos de Medicina Veterinária, como é

realizado com Medicina, Odontologia, Psicologia, Enfermagem e Direito.

## No Paraná

Regionalmente, o CRMV-PR também tem trabalhado na defesa do ensino de qualidade na medicina veterinária. Em dezembro de 2018, o presidente Rodrigo Távora Mira se reuniu com o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Paraná, Ivonei Sfoggia, para alertar sobre a proliferação exagerada de cursos de graduação em medicina veterinária.

Em 25 de junho deste ano, a Autarquia participou de audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná para debater a emenda do projeto de lei 100/2019, que visa estabelecer limite máximo de 20% de carga horária na modalidade de ensino a distância (EaD) para cursos de graduação na área da saúde no Estado.

“Estou cada dia mais convencido de que não é possível curso EaD na área de saúde. Nenhuma mente são acredita.

***Estamos aqui para combater o engodo. O jovem que imaginava que ia sair da faculdade bem formado***

***e competente vai para o mercado e acaba ameaçando a sociedade”***,

afirmou Mira na ocasião. Para ele, a oferta dos cursos nessa modalidade caracteriza “estelionato intelectual”.

O deputado Michele Caputo, um dos propositores do projeto, destaca que o objetivo é defender a qualidade do ensino e do profissional.

***“Ninguém é contra o ensino a distância e sim contra a distância do ensino.***

Como ficam, por exemplo, as aulas práticas, o contato com os pacientes? Estas distorções acabam tornando precário o ensino e se tornando apenas fonte de receita para alguns grupos de ensino”.

Assim como defende o deputado Anibelli Neto, médico veterinário de formação e co-autor do PL. “A ideia é apresentarmos uma legislação que proteja estudantes, profissionais e entidades de classe. É um tema importante. O ensino pode chegar a qualquer lugar, isso é bom, mas tem de ser um ensino de qualidade”, disse. Atualmente o projeto aguarda votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia. ■

# Regimento de Polícia Montada "Coronel Dulcídio" completa 140 anos em atividade

As forças armadas foram, desde o início, fundamentais para a medicina veterinária mundial; sua origem, afinal, tem relação com a necessidade de tratamento dos cavalos utilizados para combate no exército. O Brasil não fugiu à regra, tendo sua primeira escola de medicina veterinária fundada pelo Capitão-Médico João Muniz Barreto de Aragão: a Escola de Veterinária do Exército, localizada no quartel do 3º Grupo de Obuses, no Rio de Janeiro. Para isso buscou apoio junto

ao Instituto Pasteur, na França, que indicou profissionais europeus especializados para compor o quadro de docentes. E assim, em 15 de fevereiro de 1917, formaram-se os primeiros seis médicos veterinários brasileiros para trabalhar com o controle de doenças de manadas e tropas militares; à época a febre aftosa e o morbo preocupavam os batalhões. A participação de Aragão na construção da medicina veterinária no Brasil incluiu, ainda, a criação do Serviço de Defesa Sanitária

Animal e de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura.

Como forma de homenagear o Patrono do Serviço de Veterinária do Exército, na data de seu aniversário, 17 de junho, é comemorado o Dia da Medicina Veterinária Militar. Este será também, a partir de 2020, o dia em que será entregue anualmente pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) a Comenda Muniz de Aragão, criada para homenagear médicos veterinários que se dedicaram ao longo



Foto: Diego Wesch/CRMV-PR

▲ Regimento de Polícia Montada "Coronel Dulcídio" (RPMon)

de sua carreira ao fortalecimento da medicina veterinária militar. Além de profissionais das forças armadas (marinha, exército e aeronáutica), serão reconhecidos policiais militares, uma vez que a Polícia Militar é uma das forças auxiliares e reserva do exército e integra o sistema de segurança pública nacional.

### Regimento de Polícia Montada "Coronel Dulcídio"

É baseado nessa integração da medicina veterinária com os militares que trazemos a história do Regimento de Polícia Montada "Coronel Dulcídio" (RPMon), unidade operacional mais antiga da Polícia Militar do Paraná. Em cerimônia realizada no dia 28 de junho deste ano, o regimento celebrou 140 anos de atividade com a presença do Presidente da República em exercício, general Hamilton Mourão.

O RPMon atua, essencialmente, em três frentes: policiamento preventivo, policiamento especializado e representação. Na primeira, a cavalaria se destaca pelo patrulhamento lento e o ponto de observação elevado em que o policial se encontra.

***"O policial montado consegue ser visto e ver melhor, além de patrulhar em velocidade muito inferior a uma viatura. O cavalo passeia",***

pondera o tenente-coronel Elias Ariel de Souza, há quatro anos no comando do regimento. Em levantamento realizado pela Polícia Militar antes e depois da inserção do policiamento montado preventivo nas comunidades, registrou-se uma redução de até 90% nos chamados 'furtos de oportunidade'.

Já no policiamento especializado, mais



▲ Tenente-coronel Elias Ariel de Souza, há quatro anos no comando do regimento

conhecido como choque montado, a cavalaria destaca policiais e animais com treinamento específico para o controle de distúrbios civis: shows, jogos de futebol, situações de protesto e demais eventos que envolvam multidões. O cavalo, por sua dimensão, causa grande impacto psicológico nas pessoas. O que, afirma Souza, diminui o enfrentamento direto da tropa com manifestantes e, consequentemente, minimiza a utilização de balas de borracha e gás lacrimogênio. Estima-se que nestas atividades de combate um policial montado seja equivalente a até 20 policiais a pé. "Nossos cavalos para estarem na rua têm que ser extremamente dó-



▲ Equoterapia

ceis. São corajosos, pois são treinados a resistir ao fogo, barulho, tumulto, mas têm a capacidade de afastar as pessoas pelo impacto psicológico", destaca.

Há, ainda, a vocação representativa do regimento. "É uma forma de dar uma resposta para o público e interagir com a comunidade", ressalta o comandante sobre as participações em eventos públicos e beneficentes.

### Das tropas de combate à socialização

As polícias militares brasileiras passam atualmente por um período de transição iniciado com a mudança do regime autoritário para o democrático em 1988, procurando se aproximar da sociedade. "Até então o que predominava era uma polícia militar com tradição de tropa, formação de exército. Depois mudam a vocação das polícias no Brasil, elas passam de polícia de Estado para polícia cidadã. Esse processo não está completo ainda, mas estamos no caminho", explica Souza, que é mestrando em Ciência Política.

No caso da cavalaria, que teve sua origem no Brasil Colônia atuando junto às forças de segurança nas missões de combate, a aproximação dos cidadãos se dá mais facilmente tendo como elo o próprio cavalo. Elias conta que são comuns os pe-

didados de foto e até mesmo para tocar o animal, interação esta incentivada dentro do batalhão. Ainda nesse processo de transformação, em 2016 a equoterapia foi inserida na Lei de Organização da Polícia Militar do Paraná, passando a ser atividade inerente da corporação.

Há 21 anos o RPMon presta o serviço de terapia com cavalos à comunidade, em especial famílias de baixa renda, sem custo algum; já são mais de cinco mil famílias beneficiadas ao longo dos anos. Atualmente são oferecidas 150 vagas na Sede do regimento, em Curitiba; 20 em Piraquara; e outras 10 no Haras Palmital, em Pinhais.

O método utiliza o cavalo para proporcionar desenvolvimento de força muscular, coordenação motora e equilíbrio a pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. Lá, a atividade é realizada por policiais militares treinados especificamente para este fim e em parceria com um profissional de fisioterapia. O trabalho é tão importante para os pacientes que muitos se encantam pelo paradesporto e se tornam atletas, disputando campeonatos nacionais e até mesmo internacionais.

## Bem-estar é prioridade

Em nossa visita ao regimento, podemos afirmar com tranquilidade que o termo mais utilizado em mais de duas horas de entrevista foi “bem-estar”. A cavalaria preza pela aplicação dos cinco conceitos de bem-estar animal: os cavalos devem estar livres de fome e sede; desconforto; dor e doenças; de estresse; e livres para expressarem seus comportamentos naturais.

“Se alguém precisar passar fome aqui, somos nós”, brinca o comandante, apenas para dar ênfase à atenção despendida aos animais. O plantel conta, hoje, com 180 animais. Cada um com seu espaço, nutrição balanceada e individual - avisos sobre dietas ou cuidados especiais são colocados à porta de cada baia -, são soltos ao ar livre diariamente e têm direito até a férias. A cavalaria trabalha com a noção de conjunto, em que cada policial tem o seu próprio cavalo; quando o militar entra em férias, o animal é levado ao haras para desfrutar do período de descanso. Ainda pensando no bem-estar animal, é previsto um deslocamento de 6km por patrulhamento e nenhum cavalo com

qualquer tipo de ferimento é utilizado.

A assistência veterinária aos animais é prestada pelo Centro Veterinário da Polícia Militar (CEVET), localizado na sede no Regimento de Polícia Montada, que conta com a atuação de três médicos veterinários - dois deles credenciados pela Federação Equestre Internacional (FEI), na Suíça. Além dos equinos, eles prestam atendimento sanitário aos cães da corporação.

## Doma racional

O RPMon desenvolve há cinco anos, em parceria com universidades, um projeto de reprodução animal sob a perspectiva de melhoria genética. “Nós produzimos nossos potros. O objetivo é criar uma cepa de equinos que tenha todas as características necessárias para a atividade de polícia, um cavalo robusto, resistente do ponto de vista clínico e com o melhor temperamento”, explica o comandante.

Atualmente o plantel conta com 36 cavalos provenientes do projeto. Mais que garantir um animal preparado para o exercício policial, o programa de reprodução permite aos militares controlar as experiências vivenciadas pelo potro desde seu nascimento. No regimento Coronel Dulcídio isso se traduz na aplicação do *‘imprinting’*, técnica desenvolvida pelo médico veterinário estadunidense Robert Miller que se baseia no contato humano com o potro nas primeiras horas de vida para estabelecer uma relação de confiança.

O método, apontam as pesquisas de Miller, torna o animal mais dócil e fácil de ser domado por não ter de enfrentar a barreira do medo do ser humano durante o processo. É na base da confiança que a cavalaria trabalha a doma de seus animais, garantindo, novamente, o bem-estar; a dessensibilização de som e luz, por exemplo, na qual o cavalo é treinado

Foto: Diego Wosch/CRMV-PR



▲ 180 animais, cada um com sua nutrição balanceada e individual

a não entrar em pânico quando exposto a situações de confronto, é possível devido à confiança que o animal possui no seu parceiro de trabalho, o policial.

***“Antigamente era utilizada a doma na base do medo, entendia-se que o animal deveria aprender a temer o policial. Hoje sabemos que a doma racional, que estabelece esta relação de confiança entre policial e cavalo, é a mais eficiente”.***

Os cavalos do RPMon atuam, em média, por 15 anos. Quando aposentado, o tratamento ‘de luxo’ é o mesmo: a primeira opção é deixá-lo com o policial que o acompanhou durante a vida. Caso não seja possível, ele é doado para entidades de caridade devidamente selecionadas e inspecionadas que ofereçam serviços de equoterapia e garantam sua qualidade de vida. O animal pode, também, ser levado ao haras do regimento onde recebe o merecido descanso após anos de serviço e dedicação. Afinal, relembra Elias, “o cavalo é nosso patrimônio, é um policial também”.

## **MAJOR CRUZ: UM MÉDICO VETERINÁRIO NO SUBCOMANDO DA CAVALARIA**

Na Polícia Militar desde 1991, o subcomandante do Regimento de Polícia Montada “Coronel Dulcídio”, Major Márcio Stange da Cruz, traçou seu caminho na medicina veterinária e na pesquisa ao desenvolver um carinho especial pelos equinos.

“Entrei no regimento em 1994 e logo apareceu a oportunidade de fazer o curso de policiamento montado. Depois fiz outros cursos paralelos: equoterapia, instrutor de escola de equitação”, lembra Cruz. Neste último, conheceu Rodrigo Távora Mira, hoje presidente do CRMV-PR, que o incentivou a entrar para o curso de Ciências Equinas no ano de 2002. Em 2015, graduou-se em medicina veterinária na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). E não parou por aí: em 2018 completou seu mestrado em Ciências Veterinárias na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Os trabalhos e pesquisas foram todos voltados à atuação na cavalaria. No Congresso Internacional de Policiais Militares Veterinários realizado em 2012, na Colômbia, apresentou relato de caso

de osteossarcoma manifestado em um equino do plantel. Na graduação, estudou “Aspectos morfológicos e comportamentais da raça brasileira de hipismo para o policiamento montado”, pesquisa que apresentou em palestra no Congresso Internacional de Polícia Montada em 2013, no Chile; no mestrado, aprofundou-se na manifestação de úlcera gástrica em equinos aplicados na segurança pública.



Foto: Diogo Wesch/CRMV-PR

▲ Tenente-coronel Elias Ariel de Souza e Major Márcio Stange da Cruz

“Nós policiais hoje nos preparamos através do estudo, temos artigos sendo publicados”, orgulha-se. Um deles é sobre os efeitos do gás lacrimogênio em equinos. “Essa pesquisa se tornou referência no Brasil porque provamos através do processo científico que o uso do gás lacrimogênio não traz risco, do ponto de vista da saúde animal, para o cavalo”, explica o tenente-coronel Elias, destacando que, antes do artigo, estudava-se até mesmo a proibição do uso do gás.

Para trazer mais trabalhos que venham a contribuir para a atuação dos militares, Cruz procura inspirar seus cadetes na Academia Policial Militar do Guatupê. “Procuro orientando-os que se comprometam a publicar. Dos últimos dois cadetes, um publicou artigo na área de bem-estar animal e outro sobre a importância da técnica do instrutor de equitação para atividades de policiamento montado”, afirma.



▲ Major Cruz acompanhado de Lorde, equino do projeto de reprodução animal do regimento



Foto: acervo Unioeste

▲ Estação Experimental do Curso de Zootecnia da Unioeste

## ZOOTECNIA

# Resgatando a história da Zootecnia no Estado do Paraná

Em dezembro de 2018, quando chegamos no cinquentenário da Lei 5.550/68, queríamos contar como a zootecnia se desenvolveu neste período no Estado do Paraná. Mas encontramos um percalço no caminho: não há registros dos primeiros passos da profissão em território paranaense. Embarcamos, então, nessa nova missão de resgatar alguns detalhes de como tudo começou.

Foto: Marcos Martinez do Vale



▲ Ambires Riella, primeiro zootecnista registrado no CRMV-PR

## O início - 1975

A zootecnia era ministrada no Brasil desde 1966, quando foi inaugurado o primeiro curso de graduação em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. No Paraná a história começa na Universidade Estadual de Maringá no ano de 1975, quando o então diretor do Centro de Ciências Biológicas, Basílio Bacarin, criou o curso de graduação de zootecnia - o 4º a ser ofertado no país. Coordenado por Valdovino Damasio dos Santos, o curso teve a sua primeira grade curricular aprovada com 3.220 horas. Em novembro de 1978, um novo status: foi reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) através do Decreto nº 82.674.

“O ano em que chegamos, a Universidade era um aglomerado pequeno de blocos e nós ficávamos em aproximadamente seis pessoas um único



Foto: UEM

▲ Fazenda Experimental Iguatemi - UEM

ambiente. O curso era recente e utilizava as dependências já existentes na época”, conta Orlando Rus Barbosa, que foi contratado como docente em 1978. Foi neste ano que se formou a primeira turma de zootecnia no Paraná, que Barbosa lembra de ser “pequena, mas ansiosa por fazer história”. Alguns, inclusive, ingressaram como professores da Universidade: Odinete Murari, aposentada, e Lucimar

Pontara Peres de Moura e Ivanor Nunes do Prado, que seguem lecionando as disciplinas de apicultura e bovinocultura de corte, respectivamente, aos novos acadêmicos.

Referência no Paraná, o curso de zootecnia da UEM foi o início de muitas entidades em atividade até os dias de hoje. Entre elas a Associação Paranaense dos Estudantes de Zootecnia, mais conhecida como APEZ, criada em 27 de setembro de 1978 para promover congressos, cursos e simpósios técnicos com o objetivo de aprimoramento dos jovens profissionais. Seu primeiro presidente foi o então acadêmico Jorge Luiz Schincariol, que coordenou os planos da gestão: realizar a primeira semana de estudos zootécnicos do Paraná; incentivar a pesquisa entre os estudantes; fornecer listagem de empregos aos associados; prestar apoio em congressos, simpósios, exposições e excursões.

O zootecnista Antônio Chaker El Memari Neto, que presidiu a APEZ na ges-

tão de 1995/1996, lembra como a associação foi determinante para a sua formação profissional. “Nos deu oportunidade de elaborar projetos, exercer ações de planejamento, liderar equipes e nos relacionar com pessoas de outras associações e reitores”, afirma, destacando que as habilidades de relacionamento e comunicação vieram a contribuir para a sua carreira.

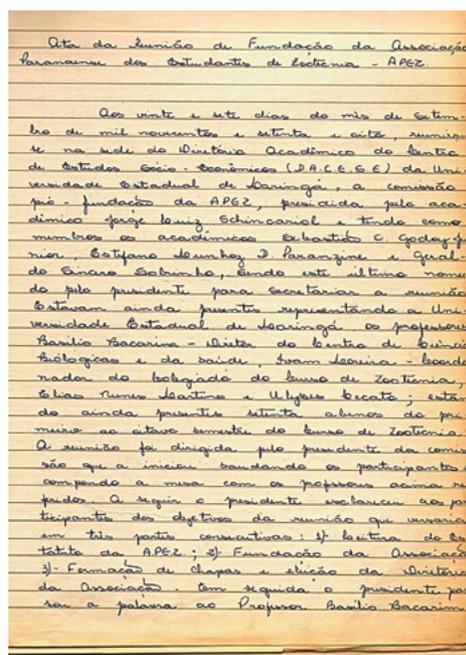
Em 1979, Orlando e um grupo de cinco colegas ingressaram em mais um desafio para abrir novos caminhos para a profissão: seguiram para cursar especialização na área e, no retorno, alavancar o recém-criado curso. Eram eles Elias Nunes Martins, Francisco de Assis Fonseca de Macedo, Ivan Moreira, Maria Ângela Noal Bortoluzzi e Ulysses Cecato. Integravam também o grupo de docentes da UEM à época Claudio Scapinello, Carlos Eduardo Furtado, Gentil Vanini de Moraes e Luiz Paulo Rigolon, que permaneceram lecionando enquanto os demais se especializavam.

“Quando nós voltamos, eles saíram para se especializar.

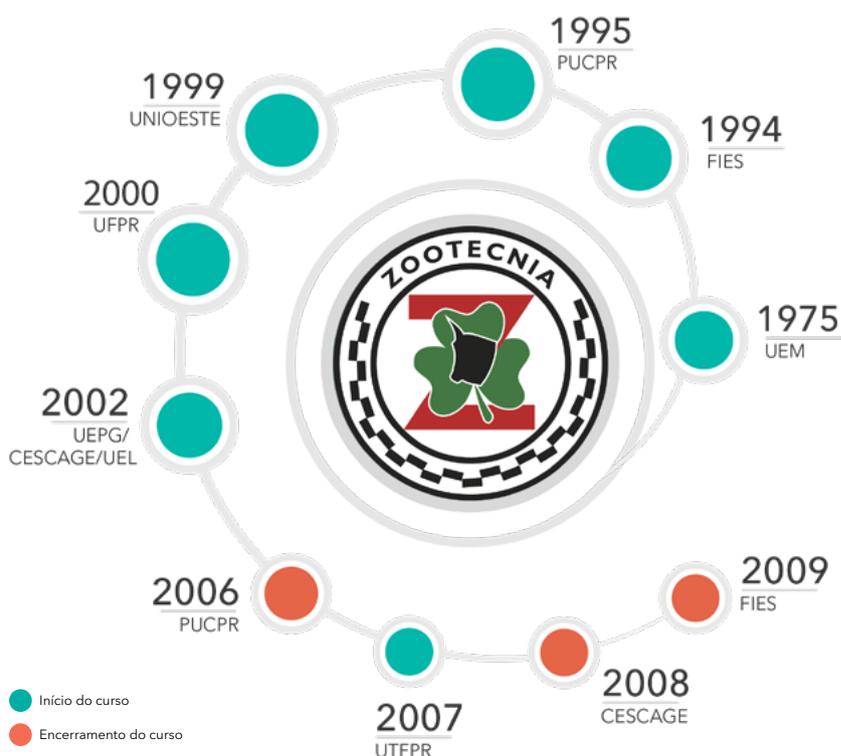
**Estávamos construindo um curso novo dentro de uma instituição e íramos crescer juntos. Esse desafio foi lançado e concretizado”,**

afirma Barbosa. A expectativa era que estes profissionais, após se tornarem mestres e doutores, pudessem alavancar a pós-graduação. E assim foi em 1993, quando foi implementado o Programa de Pós-Graduação em Zootecnia em nível de mestrado e, em 1995, o doutorado.

Em junho de 1994 foi fundada dentro da Universidade a empresa Zootecnia Consultoria Júnior (Zoojunior), que abriu o caminho na área empresarial aos acadêmicos. Mas o início dessa trajetória não foi dos mais fáceis, como relata Marcos Chiquitelli Neto, primeiro presidente. “Não tínhamos sala nem mesa para nos-



▲ Ata da reunião de fundação da Associação Paranaense dos Estudantes de Zootecnia (APEZ)



sas reuniões, então solicitamos um espaço ao reitor, mas ele negou o pedido alegando que não era de interesse da Universidade contar com uma empresa”, lembra Neto, destacando que, desde o início, a Zoojunior tinha o intuito de aprimorar o conhecimento e oportunizar experiências aos estudantes.

Um ano depois, com a ajuda de alguns docentes do Departamento de Zootecnia, a empresa colocou as ideias em prática e passou organizar cursos como o de atualização de confinamento de bovinos, tilapicultura, criação de escargot. Foi então que a Zoojunior se desenvolveu: a UEM cedeu uma sala para as reuniões, os acadêmicos arrecadaram recursos para mobiliar o local e realizar dias de campo e projetos com produtores. Marcos Chiquitelli conta que a experiência contribuiu para a formação dos alunos, que “participavam de forma muito ativa. Foi muito enriquecedor para todos nós, tivemos um aprendizado espantoso inclusive no relacionamento interpessoal”.



Foto: Acervo UEM

▲ UEM



Foto: Acervo UEM

▲ UEM

## Nova era - de 1994 a 2004

Dezenove anos após a abertura do primeiro curso de zootecnia no Estado do Paraná, a profissão adentrou uma nova era e deslanchou. Em abril de 1994, as Faculdades Integradas Espírita (FIES) abriram o segundo curso e foram seguidas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) em 1995, ambos em Curitiba.

“O diretor das Faculdades Espíritas já entendia, desde o início, o conceito de Saúde Única. Por isso criou os polos de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências Sociais, abordando todas as áreas. A zootecnia integrava esse conceito de cuidar da saúde do homem através da saúde e da produção animal”, lembra Carlos Frederico Grubhofer, coordenador do curso de 1995 a 2003 e atual tesoureiro do CRMV-PR.

Entre 98 e 99 houve uma tentativa da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) em abrir a graduação na área, mas durou pou-

co tempo: em apenas seis meses, antes mesmo de ser reconhecido pelo MEC, o curso fechou; os acadêmicos tiveram que optar por migrar para outra instituição ou para o curso de medicina veterinária.



Foto: acervo Unioeste

▲ Unioeste

Em 1999 foi a vez da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), que oportunizou a graduação em zootecnia no município de Marechal Cândido Rondon, e logo depois veio a Universidade Federal do Paraná (UFPR), no ano 2000.

Em 2002, um novo ‘boom’: as Faculdades Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) abriram curso em



Foto: UFPR

▲ Equipe do departamento de zootecnia da UFPR

Ponta Grossa; a Universidade Estadual de Londrina (UEL) passou a ofertar zootecnia em Londrina; e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) assinou convênio com a Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria da Ciência e Tecnologia e a prefeitura municipal de Castro para utilizar as dependências já existentes no município. Em menos de dez anos, o Paraná passou de um para oito cursos de graduação em zootecnia.

Não somente o número de instituições de ensino ofertando vagas aumentou, mas também a qualidade de ensino e as estruturas adjacentes.

**“A região dos Campos Gerais ansiava por um curso de graduação na área, por suas fortes ligações com a bovinocultura leiteira, suinocultura e avicultura de corte”,**

destaca Verônica Oliveira Vianna, hoje chefe do Departamento de Zootecnia da UEPG. A área é conhecida por abrigar grandes cooperativas e ser a bacia leiteira de maior produção e melhor produtividade do país.



▲ Turma de Zootecnia da UEPG, 2019

No Norte do Paraná, o curso era oferecido somente na pioneira UEM. A UEL, que já ministrava agronomia e medicina veterinária, optou então por ampliar o setor de ciências agrárias para incluir a zootecnia. A proposta foi liderada pelos docentes Leandro das Dores Ferreira da Silva, João Waine Pinheiro e Nilva Aparecida Nicolao Fonseca, que viram o projeto ser aprovado rapidamente por todas as instâncias da Instituição e culminar na abertura de 40 vagas no vestibular de 2002.

a região contava apenas com cursos de técnico agrícola. A primeira turma foi de 30 alunos, aumentando para 44 nos anos seguintes.

“A escolha do curso ocorreu em função da vocação da região Sudoeste do Paraná e do município no setor agropecuário, com destaque na produção de aves, suínos e bovinos leiteiros. Como

**o campus já contava com a estrutura funcional dos cursos técnicos e com professores da área, isso acabou tornando possível idealizar e concretizar a graduação”,**

destaca Paulo Segatto Cella, docente da instituição.

A receptividade foi tão grande que aos poucos a UTFPR aprimorou os laboratórios já existentes e implantou novos, além de contratar mais professores. Em 2011, ano de formatura da primeira turma, a universidade passou a oferecer a pós-graduação na área com a implementação do programa de mestrado.

Na Uniãoeste a história não foi diferen-

## Período de mudanças - de 2005 a 2015

Com a consolidação da profissão no Estado, vieram as mudanças. A primeira delas foi o encerramento da oferta do curso na PUCPR no ano de 2006, com os últimos egressos formados em 2009.

Quem pôde comemorar, no entanto, foram os acadêmicos do município de Dois Vizinhos, que tiveram na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) a oportunidade de graduação em zootecnia em fevereiro de 2007; até a data,

Foto: Arquivo UEL



▲ Departamento de Zootecnia, UEL

te, o curso cresceu rapidamente com a implantação do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia no ano de 2007 e o investimento na infraestrutura.

Em 2008, a UEPG integrou-se ao Projeto Rondon, que envolve o voluntariado de estudantes na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população. A primeira missão contou com a presença de quatro acadêmicos de zootecnia e dos professores Paulo Carrilho e Maria Aparecida Gonçalves da Fonseca Martins.

Porém, as universidades particulares não conseguiram competir com as públicas. Com a exigência de investimentos cada vez maiores nas estruturas de laboratório, fazendas e equipamentos, os cursos do CESCAGE e das FIES foram encerrados em 2008 e 2009, respectivamente.

## A consolidação - a partir de 2016

A história da zootecnia no Paraná ganhou um novo capítulo a partir de 2016, quando os cursos de graduação e pós-graduação se consolidaram. De lá para cá, as universidades apostaram na profissão e aprimoraram suas equipes e estru-

turas, garantindo a formação de zootecnistas capacitados em todo o Estado. Foi neste ano, inclusive, que a UEPG transferiu o curso, até então ministrado em Castro, para sua estrutura própria no Campus de Uvaranas, em Ponta Grossa.

### *“Nos últimos 50 anos o Paraná se consolidou como um dos maiores produtores de proteína animal do país*

e essa trajetória está relacionada com a formação de profissionais tecnicamente capacitados para fundamentar esse crescimento.

### *Coincidentemente ou não isso bate com o tempo em que a zootecnia iniciou e com o crescimento cada vez maior de profissionais formados na área de produção animal”,*

afirma Carlos Frederico Grubhofer, zootecnista e tesoureiro do CRMV-PR.

Atualmente o Estado conta com seis Instituições de Ensino que ofertam graduação em zootecnia, sendo 350 vagas ao ano ■



Foto: UTFPR

▲ Suinocultura, UTFPR

## Entidades

### Associação dos Zootecnistas do Paraná (AZOPA)

Em abril de 1984 foi fundada a Associação dos Zootecnistas do Paraná, popularmente conhecida como AZOPA.

A primeira diretoria foi composta por:

- Presidente: Orlando Ruz Barbosa
- Vice-presidente: Carlos Eduardo Furtado
- Secretário: Ulysses Ceccato

“Quando voltamos do mestrado, senti que precisávamos ser representados por alguém no Estado do Paraná. O objetivo era fazer com que o zootecnista entendesse que poderia contar com alguém no sentido de questionamentos trabalhistas, que sentisse que poderia contar com alguém ao seu lado”, lembra Barbosa. Atualmente a associação está inativa.

### Sindicato dos Zootecnistas do Paraná (Sindizoo-PR)

Em julho de 1998 foi fundado o Sindicato dos Zootecnistas do Paraná, tendo nos dois primeiros mandatos Orlando Rus Barbosa como presidente. Inicialmente localizado em Maringá, o Sindizoo-PR foi posteriormente transferido para Curitiba, onde hoje está sua Sede, sob comando do zootecnista Ademir Graciotin.

A primeira diretoria foi composta por:

- Presidente: Orlando Ruz Barbosa
- Vice-presidente: Carlos Eduardo Furtado
- Secretário: Ulysses Ceccato
- Tesoureiro: Cloves Cabreira Jobim



Foto: Diego Wesch/CRMV-PR

▲ Homenageados durante Sessão Solene no plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, 2019

MEDICINA VETERINÁRIA

# Memória da Medicina Veterinária Paranaense

A memória da medicina veterinária paranaense é marcada por diferentes perspectivas e experiências de vida pessoal com o ofício. O resgate dessas importantes lutas vividas por inúmeros profissionais nem sempre foram registradas. Para manter viva essa memória, a reconstituição da medicina veterinária no estado foi realizada a partir de relatos que contam a trajetória dessa profissão. Este trabalho foi desenvolvido ouvindo médicos veterinários aposentados e na ativa, que conheceram outra realidade do mercado de trabalho e de ensino. O propósito é entender como era a rotina de trabalho, o ambiente nas principais entidades, a organização da categoria, as principais descobertas que revolucionaram o Paraná, observando o contexto histórico em que

estavam inseridos. É uma forma de homenagear os profissionais que se dedicam diariamente para cuidar da saúde animal, humana e do meio ambiente.

Por meio dos jornais do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná (CRMV-PR), foi possível criar uma linha cronológica dos acontecimentos no estado de 1968 a 2000. Porém, nem todas as lacunas foram preenchidas por conta de dois motivos: primeiro, porque muitos dos médicos veterinários, que contribuíram para o progresso agropecuário, pela defesa sanitária, pelo serviço de inspeção e bem-estar animal, já faleceram. Segundo, porque são poucos os registros históricos sobre a evolução da medicina veterinária no Paraná. Os artigos da professora Clotilde de Lourdes Branco

Germiniani, que de sua vivência na profissão e o gosto e talento pela escrita manteve a história da medicina veterinária no Brasil e no Paraná viva, auxiliaram-nos na apuração das informações.

**“Se não fosse o passado, a gente não estava aqui”**

O presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária (SPrMV), Paulo Alfredo Miranda, descreve o Paraná como “vanguarda em criatividade, dando constante demonstração de capacidade técnica e política”. O trabalho do médico veterinário, segundo Miranda, driblou os principais problemas do estado, como a peste suína africana e a febre aftosa. “A peste suína africana foi muito difícil de

erradicar, porque o Brasil é um país continental. Cuba, nos idos da década de 80, foi o único a erradicar a peste suína, mas não podemos comparar com a extensão territorial brasileira. Já a febre aftosa, depois de muitos anos de trabalho, se conseguiu erradicar. A nossa área de avicultura e suinocultura é extremamente tecnificada. Somos o segundo produtor de leite do país. Leite de qualidade e de alta produtividade”.

Ele destaca que as conquistas do Paraná só foram possíveis graças ao trabalho conjunto do médico veterinário, produtor, empresário e as ações do governo. Diante das exigências do consumidor, o profissional se deparou com novos desafios. O presidente da SPrMV relembra como a inserção tecnológica transformou a profissão, o mercado, os consumidores e a atuação dos profissionais. Há 40 anos, a formação nas academias era mais científica.

***“A evolução foi tão acentuada que, na minha época, as propriedades rurais não eram empresas. Eram propriedades familiares, onde se tratava o indivíduo.*”**

O que seria esse indivíduo? Se tratava a vaca, o cavalo, o suíno, a ave e assim por diante. Ou seja, havia uma preocupação individual com cada animal. Hoje, você atende o rebanho”.

Formado em 1974 pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Miranda recorda também que o profissional, principalmente da área de pequenos animais, não era tão capacitado do ponto de vista técnico-científico. Antigamente, as clínicas eram empíricas. “Isso foi uma evolução natural. A profissão teve que se adaptar mais rapidamente e tem que continuar se

adaptando. Para se ter uma ideia, antigamente a ordenha era na mão, no decorrer dos anos, surgiu a ordenha mecânica”.

Ele explica que a clínica de pequenos animais evoluiu rapidamente. Na época, quando começou a atuar como médico veterinário, não existia patologista para identificar um tumor. Na opinião dele, o profissional precisa estar bem qualificado e preparado para enfrentar um mercado altamente dinâmico e competitivo.

Quando se organizavam os congressos de medicina veterinária, Miranda conta que eram encontros que congregavam todas as especialidades. “A formação que se oferecia era generalista, com uma ampla informação para se absorver em três dias de congresso. Hoje, os profissionais participam de congressos das suas respectivas áreas. Isso facilitou e enriqueceu a informação”.

À época, os acadêmicos precisavam recorrer às revistas técnicas que eram as mais atualizadas. “Há 40 anos, enquanto estudante, para obter informação se recorria aos livros. O problema, porém, era que esses livros não estavam atualizados quando chegavam ao país. Até chegar no Brasil, já estavam na terceira edição no

país de origem. Para se tornar ágil a informação, a gente assinava revistas técnicas do mundo inteiro, que eram editadas duas ou três vezes ao ano”.

Outro grande médico veterinário que ajudou a escrever a história da profissão no Paraná foi o ex-governador Orlando Pessuti, graduado pela UFPR em 1978. Ele acompanhou a estruturação e surgimento do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-PR) por incentivo dos professores José Quirino dos Santos (1969/1972) e José Daniel Broocke Filho (1972/1981), os primeiros que chegaram a presidir o CRMV-PR.

Em 1987 chega a sua vez: Pessuti é eleito pela classe para presidir o Conselho, na chapa que liderava com o tesoureiro Paulo Miranda e o secretário Dalmir México. Entre as principais propostas da gestão estava o fortalecimento da entidade e estruturar novas delegacias pelo estado, como uma forma de interiorizar as necessidades de cada região. Na época, só existia a delegacia de Londrina e desejavam expandir para Cascavel e Maringá.

O Paraná, com grande dimensão territorial, contava com apenas dois fiscais para percorrer o estado. Por isso, decidi-



Foto: acervo CRMV-PR

▲ Da esquerda para direita: Paulo Alfredo Miranda, Deocy Conceição França e Orlando Pessuti. Ex-presidentes do CRMV-PR. 1991

ram aumentar esse efetivo para combater a informalidade de clínicas e casas agropecuárias, estruturando um serviço de fiscalização tanto de pessoa física, quanto jurídica. “Nós estruturamos um trabalho de comunicação. Produzimos um boletim informativo, impresso graficamente, expedido pelo Correio. Nesse tempo, nós tínhamos o telex, começando a vir o fax. Veio a informatização do Conselho, mas ainda era tudo manuscrito em papel carbono”, lembra.

Quando chega 1990, abre-se novo processo de disputa eleitoral no CRMV-PR. “Nós escolhemos um dos conselheiros que era o professor Hayashi para ser o vice. Em 1990, renuncio à presidência e o professor Hayashi é guindado ao cargo”, recorda Pessuti.

Hayashi, no entanto, fica pouco tempo à frente da Autarquia. Ainda em 1990 é eleito Paulo Miranda, que propôs intensificar o papel e a importância da medicina veterinária e da zootecnia por meio do jornal do Conselho, conhecido, na época, por “Conselho Participativo”. A ideia de produzir um jornal, com uma periodicidade semanal, surgiu para atender à necessidade da categoria de ter acesso mais rápido às informações sobre a atuação do Conselho, além de ampliar o contato com a comunidade. O canal de comunicação semanal contava também com uma página, todos os domingos, no jornal “O Estado do Paraná”, no caderno “Jornal



▲ Encontro de diretores de escolas e faculdades de medicina veterinária dos países do Mercosul, novembro de 1995

Agrícola”.

Em 1991, surge o manual de responsabilidade técnica (RT), Portaria nº 63/1991, onde constavam as obrigações do médico veterinário em petshops, clínicas e estabelecimentos. “Nós fizemos um esboço disso. Então, começamos a praticar e a exigir que a atividade que era inerente à medicina veterinária tivesse um RT”. A segunda edição foi publicada em 1998 (Resolução nº 98/1998), a terceira em 2005 (Resolução nº 01/2005) e, a mais recente, edição de 2014 (Resolução nº 12/2014).

Outra forma que encontraram para se aproximar dos profissionais e da comunidade foi “pedir um assento nas escolas, para ouvir e se manifestar. Não podia votar, mas podia se manifestar”.

Miranda lembra que a Autarquia trabalhava com uma equipe reduzida. “Nós tínhamos dois fiscais para o Paraná inteiro. Dificuldade de comunicação, tudo era no papel, por isso modernizamos o Conselho, o pessoal trabalhava com uma máquina de escrever moderna, modelo IBM, que já vinha com o corretivo. A equipe era pequena, chegando a 12 profissionais”.

Mesmo com o passar dos anos, Miranda considera que os problemas são praticamente os mesmos. Para ele, o enfo-

que muda e o tempo em que isso acontece se tornou mais ágil.

***“Ser presidente do Conselho é uma atividade muito difícil de gerir. O Conselho é uma caixa de ressonância de coisa ruim porque até hoje o profissional não entende a atuação da entidade”.***

Para Paulo Borba, que presidiu o Conselho de 1996 a 2002, a entidade tem uma missão muito importante a cumprir. “As diretrizes, gestões e normas de nosso Conselho profissional têm reflexos diretos não somente na conduta e formação de médicos veterinários e zootecnistas, mas, acima de tudo, na defesa da sociedade e em especial do consumidor”, destaca.

Foto: acervo CRMV-PR



▲ Paulo Miranda na cerimônia de posse do seu segundo mandato, setembro de 1993

Foto: acervo CRMV-PR



▲ Paulo Borba foi presidente do CRMV-PR de 1996 a 2002

Foto: acervo CRMV-PR

## FEITOS IMPORTANTES QUE ENTRARAM PARA A HISTÓRIA

Aurelino Menarim, ao auge dos seus 80 anos de idade e mais de 40 de atuação e contribuição para a evolução da profissão, deixou um enorme legado à medicina veterinária com seu trabalho de congelamento de sêmen bovino. Já Masahiko Ohi começou nos idos dos anos 70 a trabalhar na produção da vacina antirrábica. Esta dedicação propiciou o melhoramento do produto com o desenvolvimento de uma tecnologia mais eficaz e moderna. Hoje, a terceira geração de pesquisadores inovou a vacina, feita por cultivo celular.

## “Eu sou a história viva da medicina veterinária”

Nascido no município de Castro, em 8 de março de 1940, Aurelino Menarim é conhecido por ser pioneiro no congelamento de sêmen de bovino. Formado em 1962, na UFPR, começou a trabalhar na Sociedade Cooperativa Castrolanda. O médico veterinário conta que o município tinha importado touros para o melhoramento genético. “A gente chegava às seis da manhã, coletava o sêmen e refrigerava. Os touros eram inseminados até as 16h.

Descobrimos, na época, que era possível congelar com o vapor de nitrogênio”.

Depois de três anos, Menarim recebe uma proposta de trabalho no Ministério da Agricultura. Após ser nomeado para o cargo, conciliava com as propriedades neoloristas, onde chegou a trabalhar com Cid Garcia, conhecido nacionalmente pelos Zebus indianos trazidos para o Paraná. Em 1966, Aurelino Menarim relembra, emocionado, foram realizadas as primeiras congelações de sêmen que foram vendidas para um comprador do município de Bebedouro-SP. Era um plantador de laranjas, que tinha comprado novilhas de nelore e desejava experimentar a técnica. “Foram 240 doses de ampolas de vidro. Na época, a recomendação era de 36 milhões de espermatozoides vivos por dose. Hoje, a gente sabe que 10 milhões é o suficiente. Para você ter uma ideia, uma dose do que eu fazia, em 1966, hoje se usa em quatro doadores, com fertilização in vitro. E vendíamos a um preço de 500 contos de réis, o que equivaleria hoje a 30 reais”. Hoje o rebanho brasileiro tem 110 milhões de animais bovinos com sangue nelore; é um animal com boa adaptação e pele resistente.

Em 1994, importava-se animais da raça

angus (europeu) pelo seu rápido desenvolvimento. “Usando os bovinos para um cruzamento fora da raça, eles têm um choque produtivo que aumenta na velocidade de ganhar peso”, explica Menarim. Em Guarapuava, onde se faz muito uso do angus, o abate tem duas idades: 11 e 18 meses. O abate acontece dentro do limite estabelecido, que é de 240 kg limpos de carcaça. “Esse crescimento foi possível porque a inseminação cresceu muito, permitindo uma carne macia e de qualidade”.

## Vacina antirrábica no Paraná

Assim que se formou, em 1975, o vice-presidente da FECLAMEV-PR e ACAPAMEVE (Academia Paranaense de Medicina Veterinária do Paraná), Masahiko Ohi, foi chamado para trabalhar no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT) - atualmente, Instituto de Tecnologia do Paraná (TecPar) - onde atuou com outros profissionais, como o médico veterinário Yasuyoshi Hayashi (presidente do CRMV-PR na década de 90), na produção da vacina antirrábica canina. De 1973 a 1986, começava uma forte campanha de combate à raiva. Ohi foi o responsável técnico pela vacina antirrábica produzida pelo instituto. Além da vacina, trabalhou nas áreas de plantas medicinais, na área de farmacologia ambiental e em toxicologia reprodutiva.

## Clínicas mais antigas do Paraná

Há 42 anos se dedicando ao magistério, Nilva Maria Freres Mascarenhas, vice-presidente do CRMV-PR, acredita no ensino como ferramenta fundamental para transmitir o conhecimento adquirido ao longo dos anos com os futuros colegas de profissão. Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL) desde 1977, um ano após se graduar, ela destaca a im-



▲ Menarim no Seminário de Ensino promovido pelo CRMV-PR em Londrina, 2012

portância da instituição para a categoria. “A UEL figura entre as melhores universidades públicas do estado do Paraná e do país. Do seu corpo docente participaram renomados professores que ajudaram a formar inúmeros profissionais que engrandecem a medicina veterinária”, afirma. Todos esses anos tiveram ênfase na formação de profissionais na área da clínica cirúrgica de pequenos animais.

Foto: Diogo Wosch/CRMV-PR



▲ Nilva Mascarenhas recebe homenagem no Dia do Médico Veterinário

Lindonez José Rizzotto, ex-presidente do CRMV-PR no ano de 1996, se dedica há 46 anos a sua clínica em Cascavel, considerada entre as mais antigas do estado, fundada em 1976. Rizzotto fundou a clínica com o amigo médico veterinário Antônio Simões de Araújo Júnior, ambos cursaram medicina veterinária na UFPR, em 1973.

A clínica veterinária de Mariza Aparecida Pissolato está também entre as mais antigas do Paraná, com 42 anos de existência, localizada em Londrina. Pissolato faz parte da segunda turma de medicina veterinária da Universidade Estadual de Londrina (UEL), graduando-



Foto: acervo CRMV-PR

▲ Fiscais do CRMV-PR em frente à antiga Sede

-se em 1977. Depois de formada, abre a clínica com uma amiga de faculdade e por incentivo de uma professora do curso.

Pissolato relembra as principais diferenças de exercer a profissão antigamente para hoje em dia: “Para você ter uma ideia, não tinha nem ração em Londrina. Não existia petshop, só existia casa de veterinária. A maioria das medicações eram humanas, tirando a parte injetável de soro; as dosagens do medicamento humano eram transformadas em veterinário”.

## ENTIDADES DO PARANÁ

O CRMV-PR nasce em 1968, a partir da Lei Federal nº 5.517, de 23 de outubro, que estabelece as normas da profissão. Antes disso, a primeira entidade que surgiu a nível de Brasil foi a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, em 15 de maio de 1943 (76 anos de fundação), depois foram criadas as sociedades estaduais; entidades que congregavam veterinários, como uma forma de disciplinar a atividade profissional.

Por convocação da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, a

primeira eleição do CRMV-PR (1968) contou com a presença do representante do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), Sérgio Bogado; presidente da SPPrMV, Sylvio Bove; o médico veterinário Carlos Falce; do pioneiro na inseminação artificial, Aurelino Menarim Junior - na época, fiscal da Chapa Unidos pela Veterinária; do fiscal da Chapa União, Deocy Conceição França; e do secretário da mesa, Francisco Nunes Cavalheiro. Em 1969, iniciava o mandato do médico veterinário José Quirino dos Santos. Apenas em 1978 é adquirida a primeira Sede própria do CRMV-PR, na gestão do então presidente José Daniel Van Der Broocke Filho.

Em 1996, a criação de quatro novas delegacias: em Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava e Jacarezinho. A descentralização do Conselho possibilitou uma atuação mais localizada, de acordo com as necessidades de cada região. Na época, o Paraná já contava ao todo com nove delegacias. No mesmo ano, a criação da comissão de meio ambiente, nas figuras das médicas veterinária Cynthia Hauer de Mello Leitão e Lucylene G. Popp Brasil.

A gestão do médico veterinário Paulo Moreira Borba (1996/2002) tinha propos-



▲ Posse dos titulares da ACAPAMEVE. 2001

tas “de auxiliar os núcleos de medicina veterinária e as instituições de zootecnia a realizarem cursos, treinamentos e encontros visando a reciclagem, atualização e ampliação do mercado de trabalho; ampliar a Sede do Conselho e estabelecer discussões sobre ensino nas faculdades; o debate de temas polêmicos e atuais como os transgênicos, o uso de anabolizantes, bem como o cuidado com doenças transmissíveis ao homem por animais”, assim descrito no jornal “Conselho Participativo”, no ano 1997.

Em 14 de março de 1977, nascia o Sindicato dos Médicos Veterinários do

Paraná (Sindivet-PR), estabelecido pelo ministro do trabalho, Arnaldo Prieto. Após a fundação, Roberto Nogueira da Gama toma posse e atua atendendo aos interesses da classe, antes defendidos pela entidade dos Engenheiros Químicos. Atualmente, o presidente do Sindivet-PR é o médico veterinário Cezar Amin Pasqualin, que conta o segredo para o crescimento da entidade: “é desenhar as necessidades da classe e se antecipar, não esperar que as questões sejam demandadas”. Nos últimos 10 anos, a entidade passou de 192 para 3,1 mil associados, o que torna o Sindivet-PR o maior

sindicato do Brasil. “Isso nos envaidece, certamente, mas nos responsabiliza muito mais”, pondera.

À época, a SPrMV acolhia as mais diversas entidades - Sindivet-PR, Sindicato e Associação dos Zootecnistas - em uma casa de dois pavimentos, com 230 m<sup>2</sup>, até que os órgãos pudessem se estruturar.

A Academia Paranaense de Medicina Veterinária (ACAPAMEVE-PR) foi fundada em 26 de abril de 1999 pelo professor Braz de Freitas Fernandes, eleito presidente em 10 de maio do mesmo ano.

O grupo mais recente é o Fórum das Entidades de Classe da Medicina Veterinária do Paraná (FECLAMEV-PR), fundado em 1º de agosto de 2018 com o objetivo de congregar todas as entidades para definir um denominador comum sobre temas relevantes da medicina veterinária. “Foi uma inovação pela necessidade. O fórum se apropria do conhecimento individual e coletivo das entidades da medicina veterinária, debatendo temas polêmicos e importantes para que ganhemos força efetiva em nosso posicionamento”, explica Pasqualin, que atualmente é o coordenador da entidade. ■



▲ Fórum das Entidades de Classe da Medicina Veterinária do Paraná (FECLAMEV-PR)

# 50 anos a serviço da sociedade

Há 50 anos a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, passou a regulamentar a profissão de médico veterinário e estabeleceu a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. De autoria do Deputado Federal Sadi Coube Bogado, a legislação transferiu a função fiscalizadora e regulamentadora da medicina veterinária, antes sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, à própria classe. Dois meses depois foi instituída a profissão de zootecnista pela Lei nº 5.550, que também passou a ser regulamentada e fiscalizada por esses Conselhos.



▲ Capa da primeira edição do Informativo CRMV-PR, 1983

O CRMV-PR foi constituído um ano depois, em 31 de outubro de 1969, sob a sigla CRMV-3 e a presidência do médico veterinário José Quirino dos Santos. Por nove anos esteve nas dependências da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária; a aquisição da primeira Sede

própria se concretizou em 1978, na gestão de José Daniel Van Der Broocke Filho, e localizava-se na Rua Brasília Itiberê, nº 356, no bairro Capanema, em Curitiba. Em 2002, vinte anos mais tarde, escreveu uma nova página de sua história: sob a presidência de Masaru Sugai, inaugurou a Sede atual, na Rua Fernandes de Barros, nº 685, no Alto da XV.

## ■ Sessão Solene

O Sistema CFMV/CRMVs tem a importante missão de fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício das profissões e, desta forma, garantir um serviço de qualidade à sociedade. Contribui através de suas atividades para a formação e valorização de médicos veterinários e zootecnistas que, no exercício de suas profissões, promovam a segurança e o bem-estar dos cidadãos. Para celebrar o Cinquentenário da Lei nº 5517/68 o CRMV-PR realizou no dia 6 de agosto uma cerimônia na Assembleia Legislativa do Paraná com a presença de representantes ilustres da história da Medicina Veterinária e da Zootecnia no



▲ Sessão Solene na Assembléia Legislativa do Paraná



▲ Fachada da antiga Sede do CRMV-PR

Paraná e no Brasil.

Como reconhecimento pela dedicação e comprometimento à instituição, aos profissionais e à sociedade, durante a Sessão Solene os ex-presidentes do CRMV-PR foram homenageados pelo presidente Rodrigo Távora Mira, que destacou que a evolução da instituição "só foi possível porque o passado foi escrito com mãos firmes e destemidas". Foram lembrados também os colaboradores da Autarquia e as entidades, representadas pelo Fórum das Entidades de Classe da Medicina Veterinária do Paraná (FECLAMEV-PR).



## PRÊMIOS DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

A comemoração do ano do cinquentenário contou também com a entrega de homenagem a profissionais que contribuem diariamente para a valorização da medicina veterinária e da zootecnia.

A primeira premiação ocorreu durante a solenidade na Assembleia, no dia 6 de agosto: a 1ª edição do Prêmio Clotilde de Lourdes Branco Germiniani de Saúde Única, instituído pela Resolução CRMV-PR nº 3/19 com o objetivo de homenagear médicos veterinários e instituições que tenham contribuído de forma distinta para a saúde animal, humana e ambiental. A premiação carrega o nome da inesquecível Professora Clotilde, que formou gerações, apadrinhou diversos expoentes da medicina veterinária brasileira e apresentou a profissão à sociedade. Seu pioneirismo em vários aspectos foi determinante para a valorização da atuação do médico veterinário na Saúde Única.

No dia 30 do mesmo mês, durante o “Seminário de Coordenadores de Curso de Zootecnia do Paraná: Novos desafios e Inovações” realizado em Londrina, foi a vez dos zootecnistas. A 2ª edição do Prêmio Destaque Zootecnista, criado através da Resolução CRMV-PR nº 17/2017, procurou reconhecer o esforço e empenho dos profissionais paranaenses que se dedicam para garantir a sustentabilidade e o bem-estar dos animais e da sociedade na execução de suas atividades.

### Prêmio Clotilde de Lourdes Branco Germiniani de Saúde Única



**Destaque “One Health” Natal Jatá de Camargo**

É a representação do conceito de

### Relembrando a história



Foto: Arquivo CRMV-PR

Em 2009, o CRMV-PR celebrou os 40 anos de sua criação em cerimônia na qual foram homenageados os primeiros profissionais registrados no Paraná e os colaboradores há mais tempo no quadro funcional. Na oportunidade foi lançado o “Programa de Zoonoses – Região Sul”, executado em

parceria pelos CRMVs do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que resultou na publicação do Manual de Zoonoses – versões I e II. Os documentos contam com informações técnicas e científicas voltadas aos profissionais da área.

Saúde Única em pessoa. Dedicou mais de 40 anos à saúde pública, atuando como docente da disciplina na Universidade Federal do Paraná e como sanitarista na Secretaria de Estado da Agricultura e na Secretaria de Estado da Saúde. Foi responsável pela criação e implantação das atividades de médico veterinário e sanitarista no Paraná. Seu trabalho pioneiro na vigilância sanitária dos alimentos serviu de modelo para o país. Prestou consultoria ao Ministério da Saúde na implantação de programas nacionais de combate a doenças como cólera, cisticercose, peste bubônica e raiva. Contribuiu de sobremaneira para a erradicação da raiva no Estado.



**Destaque Educação Antônio Felipe Paulino de Figueiredo Wouk**

Um dos grandes expoentes do ensino da medicina veterinária no Brasil e no mundo. Já foi secretário-geral e conselheiro efetivo do Conselho Federal

de Medicina Veterinária, membro do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal e do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Participou da acreditação de escolas de Veterinária no âmbito do Mercosul. Integra a Comissão de Ensino da Medicina Veterinária da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), através da qual contribui para discussões que venham a enaltecer a formação de profissionais capacitados e éticos.



**Destaque Políticas Públicas Centro de Controle de Zoonoses Dr. Dorival Jorge Junior (Foz do Iguaçu), representado pelo médico veterinário e coordenador Carlos Eduardo de Santi**

Referência no Estado do Paraná e no Brasil pelo trabalho de prevenção e monitoramento de zoonoses que realiza há 20

anos. Representa o importante trabalho de servidores públicos em prol da saúde única, garantindo a segurança da população do município e servindo de exemplo para os demais.



### **Destaque Pesquisador** **Itamar Teodorico Navarro**

Mestre em ciências de alimentos e doutor em epidemiologia experimental aplicada às zoonoses. Dedicou sua vida à educação e à pesquisa na Universidade Estadual de Londrina, instituição em que se graduou. É defensor da saúde única, com trabalhos voltados às zoonoses e à saúde pública, e abordando doenças emergentes como toxoplasmose, febre amarela e leishmaniose. Trabalha para que seus projetos sejam aplicados na prática, trazendo resultados efetivos para a comunidade.



### **Destaque Extensão** **Ronei Volpi**

Presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), diretor do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná e gerente de lácteos da Cooperativa Agroindustrial Witmarsum. Foi idealizador do Conselho Paritário de Produtores de Leite do Paraná. Por 18 anos, foi superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PR) e dedicou grande parte da carreira à sanidade agropecuária, participando ativamente da campanha contra a febre aftosa no Paraná.

## **Prêmio Destaque Zootecnista**



### **Destaque Empresarial** **Maria Iraclézia de Araújo**

Presidente da Sociedade Rural de Maringá desde 2008, foi a primeira mulher a ocupar o cargo em uma entidade do gênero no país. É vice-presidente da Comissão Estadual de Exposições e Feiras Agropecuárias, executiva de uma agência de publicidade com foco no setor agro e produtora rural.



### **Destaque Empreendedor** **Antonio Chaker El Memari Neto**

Mestre em produção animal e se dedica há mais de 20 anos a projetos de gestão agropecuária, com foco na ampliação de gerenciabilidade e lucro de fazendas. Fundador do Instituto Inttegra, que monitora 420 fazendas no Brasil, Paraguai e Bolívia, e autor do livro "Como ganhar dinheiro na pecuária. Os segredos da gestão descomplicada".



### **Destaque Pesquisador** **Cloves Cabreira Jobim**

Professor da Universidade Estadual de Maringá desde 1986, onde coordenou o Departamento de Zootecnia e o Programa de Pós-Graduação em Zootecnia. Foi presidente e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Zootecnia e coordenador da agência de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente é membro assessor de comissões do Ministério da Educação e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UEM.



### **Destaque Educação** **Leandro das Dores Ferreira da Silva**

Professor e pesquisador da Universidade Estadual de Londrina na área de Nutrição e Avaliação de Ruminantes. Contribuiu para a formação de acadêmicos de iniciação científica, mestrado e doutorado, além de ser o editor da Revista Semina Ciências Agrárias.



### **Destaque Extensionista** **Carlos Eduardo Vercesi**

Integrou a segunda turma de acadêmicos de zootecnia no Paraná pela Universidade Estadual de Maringá e é especialista em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Paraná. Atua há mais de 30 anos como extensionista rural pela Emater, onde atualmente é o responsável pela captação de recursos e pelo relacionamento institucional do Instituto Emater.



### **Destaque Comercial** **Francisco Fernandes Júnior**

Deu início ao projeto Cordeiro Itimura, no norte do Paraná, criando um modelo de integração com produtores e um centro de beneficiamento único no Brasil para carne de cordeiro. O projeto é referência e recebe estagiários de graduação em Zootecnia e Medicina Veterinária, além da visita de empreendedores e empresários, fortalecendo a ovinocultura paranaense. ■

# Uma nova era se inicia no CRMV-PR

O mundo vive um período de transformação nas relações sociais e de trabalho com a chegada da Revolução 4.0, a revolução tecnológica. A atualização das instituições para acompanhar o fluxo rápido em que a sociedade vem se adaptando às novas tecnologias tem se mostrado cada dia mais necessária, e não seria diferente com os órgãos públicos. A segurança dos processos internos constitui um dos principais fatores para a eficácia do serviço prestado a profissionais e sociedade. O CRMV-PR, pensando na otimização dos recursos e na redução da burocracia, deu início a uma reforma estrutural no âmbito administrativo.

Embora o demonstrativo do trabalho realizado pela Autarquia no decorrer de um ano seja medido pelos números - quantas fiscalizações foram realizadas, quantos processos foram tramitados, quantos profissionais registrados -, há uma série de pessoas e atividades que possibilitam esses resultados. No primeiro semestre de 2019, por exemplo, o número de fiscalizações apresentou um aumento de 40% se comparado ao mesmo

período do ano anterior, mas esse crescimento é consequência do projeto de modernização e reestruturação administrativa que vem sendo trabalhado desde 2017 pela gestão.

Atualmente em sua terceira fase, ele já trouxe números surpreendentes. Com mudanças em procedimentos internos e remanejamento de colaboradores, foi viabilizada a redistribuição da carga de trabalho e o aumento de produção em todos os setores, além de redirecionar o orçamento anteriormente utilizado em atividades administrativas para as atividades finalísticas do Conselho: fiscalização, julgamento de processos ético-profissionais e atividades cartoriais.

"Como instituição pública, devemos prezar pelo bom uso dos recursos humanos, financeiros e administrativos de que dispomos. Estas mudanças são importantes para que possamos otimizar os serviços prestados e alinhar nossas ações à nossa missão institucional", ressalta Leonardo Nápoli, secretário-geral do CRMV-PR e coordenador do projeto.

eficiência, isonomia e economicidade, optou-se por readequar o tamanho dos locais de atendimento às necessidades da administração, reduzindo os espaços ociosos. Até janeiro de 2020 os escritórios contarão com padronização de mobiliário, acessibilidade e identidade visual.

## Descentralização

A Autarquia observou que, embora apenas 25% dos profissionais e empresas registrados estejam localizados em Curitiba e região, a Sede era responsável por quase a totalidade dos processos gerados. Desta forma, mais etapas dos processos administrativos passaram a ser realizadas pelos colaboradores do interior.

Como pode-se ver nos gráficos, logo nos primeiros seis meses após a implementação deste processo de descentralização a demanda de trabalho em todos os itens contabilizados aumentou nas Unidades Regionais e diminuiu na Sede. O número de documentos gerados nas URAs, por exemplo, representava apenas 10% do total no primeiro semestre; após as modificações, passou para 38,6%.

A alteração também reduziu a burocracia e o tempo de tramitação de processos em determinadas seções, em especial as de atendimento ao público. Para fins comparativos, na fiscalização e responsabilidade técnica houve uma redução de 37% das demandas, o que tornou o atendimento mais célere e eficiente.

## 1ª FASE - PADRONIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

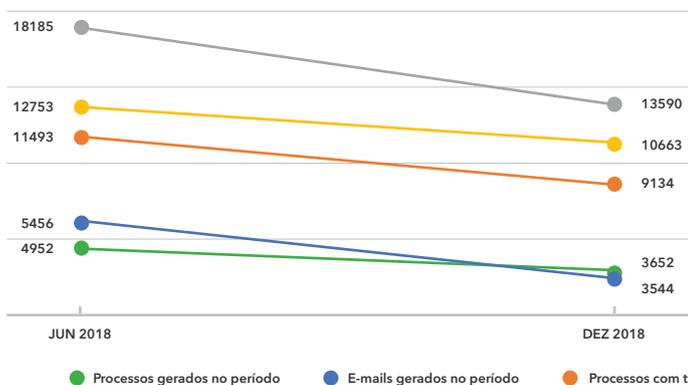
Em julho de 2018 foi colocada em prática a primeira fase da reestruturação administrativa com a descentralização das atividades. Isso só foi possível com a total implementação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, iniciada em maio de 2017, que permitiu a tramitação eletrônica de todos os processos. Após estudo sobre as delegacias regionais abordando pontos como despesas, produtividade e estrutura física, foi ela-

borado o plano de padronização e descentralização.

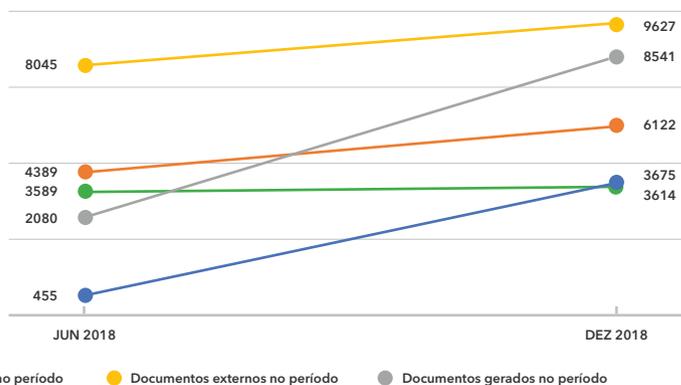
## Padronização

Pensando na modernização do CRMV-PR nos mínimos detalhes, houve alteração até nas nomenclaturas: as Delegacias Regionais passaram a ser Unidades Regionais de Atendimento (URAs) e os Delegados Regionais se tornaram Assessores Regionais. A infraestrutura física das URAs foi outro ponto analisado: com base nos princípios de

## Resultados da Descentralização nas principais áreas de atendimento da Sede



## Resultados da Descentralização nas Unidades Regionais de Atendimento



## Reestruturação da fiscalização

A reestruturação da fiscalização também integrou a série de mudanças administrativas. Nesta área houve a preocupação em intensificar as atividades com o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia de fiscalização, estabelecimento de metas, planejamento das viagens realizadas pelos fiscais, o aumento do número de fiscalizações conjuntas com demais órgãos e uma metodologia de fiscalização elaborada pelos médicos veterinários da Autarquia. Foi implementada também uma atuação voltada à orientação e o atendimento personalizado e com hora marcada em Curitiba, Londrina e Cascavel.

## 2ª FASE - READEQUAÇÃO E REMANEJAMENTOS

Ao final da primeira fase, foi necessário avaliar os resultados para readequar as ações. "A desburocratização trouxe uma celeridade processual que as áreas precisaram absorver. Todo esse comportamento precisa ser acompanhado para que outras medidas sejam tomadas, funcionários sejam realocados e as seções estrategicamente preparadas para atender às demandas. Precisamos estar atentos a toda a engrenagem de otimização e incremento", avalia Alessandra

Baptista, coordenadora do Gabinete Executivo e responsável pela execução do projeto.

## Readequação

Quanto à readequação, foi efetivada a terceirização integral da contabilidade, sem a necessidade de alocar um funcionário administrativo na área. Ainda com relação às informações contábeis da Autarquia, houve reclassificação das despesas para gerar um demonstrativo mais preciso. Além disso, foi extinta a área do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e as atividades de ouvidoria e serviço de informação foram absorvidas pela assessoria de comunicação.

## Remanejamentos

Para atender às demandas da readequação, colaboradores foram remanejados considerando o modelo de gestão de pessoas por competências e metodologias correspondentes. Ou seja, foram analisados a necessidade do Conselho, os perfis das equipes e dos funcionários, as competências específicas da área de destino e a oferta de oportunidades de atuação em áreas com características diversas das de origem.

## Outras ações

Pensando na redução de custos e na modernização, foi implementado o sistema de videoconferência na Sede e nas Unidades Regionais de Cascavel e Londrina; até dezembro, todas as URAs devem contar com a tecnologia. A ferramenta facilitará a comunicação interna da Autarquia, possibilitando reuniões administrativas de colaboradores e comissões temáticas mais frequentes. Para o próximo ano, avalia-se a possibilidade de utilizar o equipamento para oitivas de processos disciplinares e a realização de webinars de capacitação profissional.

Há, também, um trabalho de gestão de riscos em áreas específicas em que, através do mapeamento realizado, são propostas alternativas preventivas ou corretivas para mitigar os efeitos dos riscos em atividades estratégicas. O mapeamento está sendo acompanhado pela área de controle interno do CRMV-PR.

## 3ª FASE - PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO

Simultaneamente à transição da primeira para a segunda fase da reestruturação, foram realizados levantamentos periódicos de dados e diagnóstico situacional para avaliar as novas necessi-

dades do Conselho. “Houve áreas com acréscimo de atividades e necessidade maior de atuação, mas também a liberação de outras, o que provocou uma série de possibilidades. Os colaboradores dispndiam muito tempo em questões operacionais e não conseguíamos acompanhar o desenvolvimento das áreas estratégicas”, analisa Alessandra.

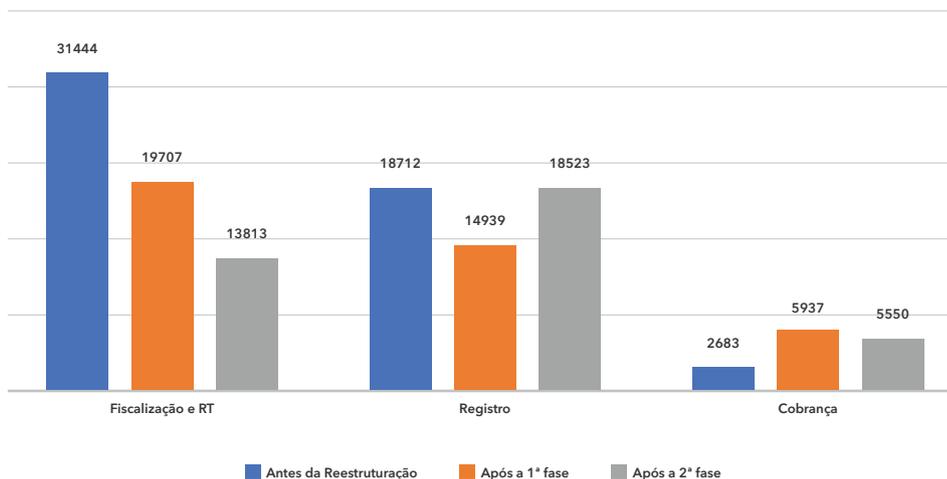
A área de fiscalização e responsabilidade técnica (SFRT), por exemplo, teve a demanda de atividades administrativas reduzida em 44% desde o início do projeto. Tanto a descentralização quanto a implementação do sistema de Anotação de Responsabilidade Técnica Eletrônica (e-ART) foram fundamentais para esse processo.

Na seção de registro, no entanto, a demanda que havia reduzido em 20% na 1ª fase apresentou um aumento de 19% na 2ª fase. Desta forma, foram necessárias novas readequações e remanejamentos internos para o equilíbrio de todas as atividades: a equipe de colaboradores da SFRT foi reduzida de cinco para três colaboradores, sendo um realocado no registro e outro no gabinete executivo, que também teve sua carga de trabalho ampliada com as mudanças. Outra ação foi a criação da Assessoria Jurídica da Presidência com o objetivo de assegurar a legitimidade dos atos e decisões do Conselho.

## Planejamento

No próximo ano será criada a área de planejamento para auxiliar na elaboração dos planos de ação da Autarquia, controlar os prazos de execução dos projetos e fazer o intermédio entre as atividades estratégicas e tático-operacionais. Embora o CRMV-PR já realize o planejamento estratégico para o exercício do ano seguinte, programando orçamento e ações, a nova seção será responsável por elaborar indicadores que

### Evolução do equilíbrio das demandas nas principais áreas de atendimento da Sede



meçam a eficácia dos planos de ação e a necessidade de novas estratégias.

“O planejamento adequado das atividades possibilita uma execução financeira, orçamentária e contábil condizente com nossos recursos. A gestão desses valores é prioritária para nós”, avalia Carlos Frederico Grubhofer, tesoureiro do CRMV-PR.

## Inovação

As ações em andamento e planejadas são inúmeras, mas a palavra que vem para marcar 2020 é **inovação**. O processo de modernização e reestruturação administrativa proposto pela gestão 2017/2020 tem como objetivo a aplicação de princípios modernos na administração pública para possibilitar processos céleres e eficientes; isso, afinal, permite à Autarquia destinar mais recursos para as suas atividades-fim.

Para isso o Conselho está investindo em Tecnologia da Informação (TI), para gerir a área e o projeto de Sistema Integrado de Gestão para o próximo ano. Entre os softwares em desenvolvimento, destaca-se o de fiscalização, que tornará os termos de fiscalização e autos de infração em arquivos digitais para

tramitação online. Será implementado também sistema de categorização de estabelecimentos e relatórios de fiscalização, dos quais poderão ser extraídos dados para controle, gerenciamento e planejamento das ações de fiscalização. Está sendo contratado também o desenvolvimento de sistemas para gestão de avaliação de desempenho dos colaboradores; eleição online; transparência; relatório de gestão; controle de frota; controle de diárias; e protesto. Com o peticionamento externo, cidadãos, empresas, órgãos e entidades públicas poderão enviar documentos endereçados ao Conselho de forma eletrônica, sem a necessidade de comparecer presencialmente ou encaminhar via correios. Os processos serão iniciados pelos usuários externos e isso trará ainda mais agilidade ao serviço prestado pelo CRMV-PR.

Para Leonardo Nápoli, “o processo de trabalho está fortalecido, estando evidenciados os princípios de isonomia, impessoalidade e imparcialidade trazidos. A gestão descentralizada e profissionalização do CRMV-PR nos permitem autonomia para a realização das atividades de modo mais eficiente”. ■



▲ Helena Cristina da Silva Assis recebe prêmio de capacitação da SETAC

ENTREVISTA

## Saúde Única: a medicina veterinária aplicada na toxicologia ambiental

Na época do iluminismo, Philippus Paracelsus (1493-1541) foi uma figura importante na história da ciência e da medicina. Pela primeira vez, Paracelsus definiu a toxicologia e a expressou da seguinte forma: "o que não é veneno? Todas as substâncias são veneno, não há uma que não o seja. Somente a dose determina que uma dada substância não seja um veneno". Toxicologia vem do grego *toxikon* - tóxico - e *logos* - estudo -, ou seja, é a ciência que estuda aquilo que é tóxico. Esta, por sua vez, é uma substância que ocasiona danos ou alterações biológicas no organismo. A toxicologia abrange uma vasta área do conhecimento, como química toxicológica, toxicologia farmacológica, clínica, forense, ocupacional, veterinária

e ambiental.

Os produtos químicos estão presentes diariamente na vida dos seres humanos, desde medicamentos até nos agrotóxicos. As substâncias químicas lançadas no meio ambiente causam o desequilíbrio ambiental, consequência do crescimento populacional, da industrialização, do desenvolvimento tecnológico e do uso de agrotóxicos. É evidente que a saúde humana depende do meio ambiente, para isso preservar o ecossistema é imprescindível para garantir o bem-estar das espécies e a disponibilidade de ar, água, solo e alimentos.

A área responsável por estudar o impacto de poluentes químicos do ambiente nos organismos biológicos é a toxicologia

ambiental. A representante da Sociedade Latinoamericana de Toxicologia e Química Ambiental (SETAC), Helena Cristina da Silva Assis, em entrevista concedida ao CRMV-PR, explica a atuação da SETAC, principalmente em uma era de muitos problemas ambientais, como os desastres naturais no Brasil e mundo.

Helena é médica veterinária graduada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde leciona desde 1990. Atualmente no departamento de Farmacologia, ela representa a importância da medicina veterinária para o meio ambiente e os seres humanos, integrando o conceito de Saúde Única. Em maio deste ano, na Finlândia, recebeu o Prêmio de Capacitação (Capacity Building Award) no 29º encontro da SETAC; a premiação reconhece profissionais que têm contribuído para a capacitação na área de ciências ambientais nos países em desenvolvimento. Na data, foi eleita também vice-presidente do Conselho Mundial da SETAC para a gestão de 2020-2021, tornando-se a primeira representante da América Latina a assumir o cargo. Após esse período, automaticamente assumirá a presidência da entidade.

Na conversa com o CRMV-PR, Helena conta que no seu período à frente da SETAC pretende fortalecer o projeto "Rumo à qualidade ambiental sustentável - questões prioritárias de pesquisa para a América Latina (Global Horizon Scanning Project)" e destaca o papel do médico veterinário na toxicologia. Confira:

### Pode descrever o trabalho realizado pela SETAC na América Latina e a nível mundial?

A Sociedade Latino Americana de Toxicologia e Química Ambiental (SETAC-LA) é uma das cinco Unidades Geográficas estabelecida para promover e realizar atividades da SETAC Global na América Latina. Como Unidade Geográfica, compartilhamos a missão da SETAC, utilizan-

do abordagens multidisciplinares para avaliar os impactos de estressores, produtos químicos e tecnologias para o meio ambiente. A Sociedade também oferece um fórum aberto para pesquisadores e instituições envolvidas no estudo de problemas ambientais, gestão e regulamentação de recursos naturais, educação, pesquisa e inovação. Os principais objetivos da SETAC-LA são apoiar o desenvolvimento de princípios e práticas de proteção, melhoria e gestão da qualidade ambiental sustentável e da integridade do ecossistema; incentivar as interações entre pesquisadores ambientais e disseminar informações sobre toxicologia e química ambiental; e proporcionar um fórum para a comunicação entre profissionais do governo, empresas e academia e outros segmentos da comunidade. A nível global, a SETAC oferece programas de educação e certificação e suporte à comunicação entre seus membros e convidados por meio do Programa de Publicações da SETAC (livros, periódicos) e materiais da SETAC (Globe, News, Career Center). A SETAC conta com duas revistas científicas de destaque internacional, *Environmental Toxicology and Chemistry (ET&C)*, e *Integrated Environmental Assessment and Management (IEAM)*, uma grande quantidade de livros disponibilizados aos sócios a preços promocionais, além de informativos técnicos gratuitos. Além disso, a SETAC apoia o avanço das ciências relacionadas à missão a nível global através da organização de eventos, como Congressos Mundiais, simpósios e workshops. As unidades geográficas promovem sua missão através da organização de suas reuniões, workshops, simpósios e colaborações com outras sociedades.

**O que pretende realizar nesse período como vice-presidente e, posteriormente, como presidente do Conselho da SETAC?**

A SETAC cresceu nos últimos anos, tornando-se mais global e sua missão é desafiadora para manter sua estabilidade financeira, em uma era de muitos problemas ambientais e socioeconômicos. Como vice-presidente trabalharei no plano estratégico da SETAC para os próximos anos e direcionarei meus esforços para ajudar o promissor futuro da SETAC, seguindo as metas que os membros do SWC já vêm trabalhando com tanto entusiasmo. Como presidente, o objetivo é aumentar a participação tripartite dos membros da SETAC, mantendo um equilíbrio dos três setores: empresa, governo e academia. Na América Latina, por exemplo, não temos quase nenhuma participação do governo nas discussões ambientais da SETAC. Pretendo também fortalecer o conhecimento e a divulgação das questões prioritárias ambientais relevantes que foram levantadas durante o desenvolvimento de um projeto da SETAC: Rumo à qualidade ambiental sustentável: questões prioritárias de pesquisa para a América Latina (Global Horizon Scanning Project)".

**A resistência antimicrobiana vem sendo tratada pela OMS e pela ONU como uma das principais ameaças à saúde no mundo. A SETAC possui algum projeto voltado à temática?**

A discussão do tema está baseada no relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o qual identificou a dimensão ambiental da resistência aos antibióticos como uma das suas seis principais questões de preocupação ambiental com implicações globais. A atenção internacional à ameaça de bactérias resistentes a antibióticos ampliou o escopo da vigilância além do ambiente clínico para os meios de comunicação. As técnicas analíticas melhoraram bastante para permitir a detecção de genes resistentes a antibióticos nas amostras ambientais. Na SETAC há um grupo de pesquisadores, um fórum de discussão nesta

área. Uma sessão especial foi realizada na Reunião Anual da SETAC Europa em Roma em 2018 e em Helsinki em 2019 sobre Avaliação do Risco à Saúde Humana do desenvolvimento de resistência a antibióticos no meio ambiente. A sessão explorou abordagens para o conhecimento da ocorrência e o destino de antibióticos, genes de resistência a antibióticos no ambiente natural e riscos subsequentes para a saúde humana. A sessão incluiu apresentações sobre: abordagens de análises e monitoramento para entender as fontes, destino ambiental e transporte de genes de resistência, os riscos da seleção de resistência por contaminantes; e métodos para avaliar as implicações da presença de genes de resistência antimicrobiana no ambiente sobre a saúde humana.

**A medicina veterinária vem crescendo como profissão fundamental para a Saúde Única. Qual é a importância de ter uma médica veterinária como integrante de um Conselho que atua com toxicologia ambiental, área que envolve diretamente a saúde humana, animal e do meio ambiente?**

Cada vez mais, a integração do paradigma Saúde Única requer conhecimento dos sistemas ambientais e as formas de apresentar essas interações são diversas e complexas.

***O médico veterinário possui uma importância no contexto da preservação do meio ambiente e da sustentabilidade para a sobrevivência humana, pode atuar diretamente nas atividades relacionadas ao meio ambiente,***

como saúde pública, na fiscalização de

alimentos de origem animal; na defesa da fauna, controle da exploração das espécies animais silvestres, produção animal e na toxicologia ambiental. Dentro da SETAC é a primeira vez que um membro sócio da América Latina e médica veterinária assumirá este cargo. Toda a minha trajetória profissional, desde o meu mestrado, foi voltada para a área ambiental e isso mostra a importância do médico veterinário nas questões ambientais, como no meu caso, relacionada à qualidade de água, avaliando a saúde de organismos aquáticos. O médico veterinário possui disciplinas bases de clínica que auxiliam na visão integrada para um diagnóstico ambiental de regiões impactadas. A minha participação neste Conselho será uma oportunidade para auxiliar nas discussões com as indústrias e governo so-

bre algumas questões ambientais e nas tomadas de decisão quanto à avaliação de substâncias tóxicas no meio ambiente, nos efeitos de toxinas nos animais, no monitoramento de ambientes impactados, bem como na educação ambiental.

### **O Brasil tem sofrido com desastres ambientais de grandes proporções nos últimos anos. Como a toxicologia ambiental pode ser inserida e trabalhada nesse contexto?**

Toxicologia ambiental é o campo de estudo nas ciências ambientais que se preocupa com a avaliação de substâncias tóxicas no meio ambiente. Quando um desastre acontece, ocorrem danos em vá-

rios ecossistemas, provocando distúrbios na fauna e na flora. Ultimamente tivemos os desastres de Mariana e Brumadinho, onde a água dos rios foi contaminada. A toxicologia ambiental monitora a região através de parâmetros químicos e biológicos. Os animais aquáticos como os peixes podem servir de bioindicadores da qualidade da água utilizando ferramentas como os biomarcadores que são respostas à exposição a um composto químico. Desta forma pode-se acompanhar a saúde do animal e do ambiente através de estudos eco-toxicológicos. É importante conhecer o impacto e os efeitos tóxicos em diversos organismos animais, certamente afetados, bem como dos animais que utilizam estas fontes de água. Existem também inúmeros relatos de criações, animais domésticos e silvestres e de po-



▲ Homenagem recebida durante Sessão Solene em homenagem ao Dia do Médico Veterinário

pulações humanas afetados pela ingestão de alimentos e água contaminados por substâncias tóxicas. Dessa maneira,

***além do impacto sobre uma população específica de animais, a dispersão dos agentes tóxicos no ambiente, por exemplo, pode causar um desequilíbrio ecológico na interação natural de duas ou mais espécies.***

**Como médica veterinária, como analisa a importância da atuação da categoria com relação ao meio ambiente? Há mais áreas a serem exploradas?**

O médico veterinário tem uma relação muito estreita com o meio ambiente. Um exemplo é a contaminação da água por medicamentos que é hoje um reconhecido problema de impacto ambiental. Com o

***aumento do consumo e utilização de fármacos humanos e veterinários, a presença dessas substâncias no ambiente aquático tornou-se alvo de muitos estudos ecotoxicológicos pelo mundo.***

A introdução contínua desses contaminantes aos efluentes, mesmo que em baixas concentrações, fornece potencial toxicidade aos organismos ali presentes causando danos diversos a organismos como algas, daphnias e peixes, por exemplo. A contaminação também pode ocorrer com a eliminação de medicamentos veterinários excretados na urina e nas fezes de animais. As fezes dos animais bem como lodos contaminados em estação de tratamento de esgoto, podem ser utilizadas como adubo em terras agrícolas, contaminando o solo e podendo sofrer

escoamento ou processo de lixiviação com a chuva, contaminando os corpos hídricos. A utilização de medicamentos na aquicultura também se torna uma fonte de contaminação em virtude dos medicamentos e seus metabólitos lançados diretamente em águas superficiais. O projeto da SETAC "Rumo à qualidade ambiental sustentável: questões prioritárias de pesquisa para a América Latina (Global Horizon Scanning Project)" foi uma iniciativa inovadora da SETAC que visou identificar importantes necessidades globais de pesquisa de qualidade ambiental. 20 questões prioritárias de pesquisa da América Latina foram identificadas. O médico veterinário pode atuar em todas estas áreas detectadas, tanto na área da química ambiental, ecotoxicologia, saúde e meio ambiente, avaliação de risco e gestão e política ambiental. As questões identificadas de preocupação incluíram métodos para medir concentrações de contaminantes e produtos de degradação em matrizes complexas, melhor previsão de efeitos de poluentes nos ecossistemas, abordando problemas de extrapolação de laboratório para campo e a complexidade das misturas ou de múltiplos estressores (incluindo as alterações climáticas) e estimar o risco ambiental (ou seja, caracterização dos riscos de misturas de poluentes difusos) e melhorar as ferramentas de gestão e regulação (ou seja, limites máximos de toxicidade) para alcançar o desenvolvimento sustentável. Além disso, os poluentes ambientais frequentemente apontados nas questões foram agrotóxicos e poluentes emergentes (fármacos, desreguladores endócrinos, plásticos, nanomateriais). As principais questões ambientais identificadas estão consistentemente relacionadas à agricultura (principalmente agrotóxicos), efluentes industriais e urbanos, resíduos sólidos, fábricas de papel e celulose e atividades extrativas (petróleo, gás e mineração). Vários tópicos especiais de preocupação incluíram a avaliação e prevenção de impactos de poluição em áreas protegidas da vida sel-

vagem, desenvolvimento de estratégias para identificação, substituição e projeto de produtos químicos menos perigosos e a dificuldade de estabelecer e implementar limites permitidos para poluentes emergentes na legislação ambiental. Desta forma há um campo enorme de atividades para o médico veterinário, que podem ser mais trabalhadas dentro dos currículos universitários. ■

EX-PRESIDENTES

# Galeria de ex-presidentes



**Eliel de Freitas**

GESTÃO 2011/2017



**Masaru Sugai**

GESTÃO 2002/2011



**Paulo Moreira Borba**

GESTÃO 1996/2002



**Paulo Alfredo Miranda**

GESTÃO 1990/1996



**Lindonez José Rizzotto**

GESTÃO 1996/1996



**Orlando Pessuti**

GESTÃO 1987/1990



**Yasuyoshi Hayashi**

GESTÃO 1990/1990



**Deocy Conceição França**

GESTÃO 1981/1987



**José Daniel Van Der Broocke Filho**

GESTÃO 1972/1981



**José Quirino dos Santos**

GESTÃO 1969/1972



Acompanhe o CRMV-PR nas

# MÍDIAS SOCIAIS



[facebook.com/crmvpr](https://facebook.com/crmvpr)



[instagram.com/crmvpr](https://instagram.com/crmvpr)



[youtube.com/crmvproficial](https://youtube.com/crmvproficial)